

ATA DA 172ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho de 2008, na sala de reuniões do CAP, Paranaguá – PR, às 10 horas, sob a presidência do Sr. Rivaldo Pinheiro Dantas, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos **Conselheiros**: Daniel Lucio Oliveira de Souza, Ivany Marés da Costa, Leonardo Luiz Vicente, Carlos Alberto Silveira Calvo, Michael Martins da Silva, Osmar Petersen, Wilson Moraes da Silva, Ademir Scomasson, Maria do Socorro de Oliveira, Carlos Alberto M. da Costa, Zulfiro Antonio Bósio, Ismael Alves Pires Neto, Luiz Antonio Fayet, Cláudio Fernando Daudt, José Roberto Almeida Corrêa. **Convidados**: CPPR – Avelino de Freitas, Alfândega - Fernando Muller. **Justificativas de ausência**: Conselheiros: Sandro Flores Monteiro, Wilen Manteli, Edson César Aguiar, Airon Galinari, Juarez Moraes e Silva, Luciano Cardoso Denardi, João Gilberto Cominese Freire, Hário Mirzo Tieppo Junior. I - **ABERTURA DOS TRABALHOS** – Palavra do **Presidente**. Ao abrir a Reunião, solicitou aos Conselheiros que racionalizassem os seus posicionamentos, mesmo porque a pauta está mais concisa. II – **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 171ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretaria do Conselho; A ata foi colocada em votação e foi aprovada por unanimidade, sendo que foram consideradas as colocações feitas antecipadamente pelo Conselheiro Cláudio. III – **POSSE** – Bloco do Poder Público – Conselheiro **Ivany Marés da Costa** – Representante Titular do Município; Conselheiro **Leonardo Luiz Vicente** – Representante Suplente do Município. Foram empossados os Conselheiros. O **Conselheiro Ivany** fez um relato de sua participação na área portuária, e principalmente no CAP, onde atuou por oito anos como Secretário Executivo. Da mesma forma o **Conselheiro Leonardo** se apresentou e agradeceu a oportunidade de estar voltando ao Conselho. IV – **ORDEM DO DIA: 1. INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE TRABALHO INSTITUÍDO PARA ANÁLISE DE QUESTÕES RELACIONADAS À PRODUTIVIDADE NO COMPLEXO DO CORREDOR DE EXPORTAÇÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ (TERMINAIS PRIVADOS E SILOS PÚBLICOS)** - Representante do Bloco dos Operadores Portuários - Conselheiro Sandro Flores Monteiro; Na ausência do Conselheiro Sandro, o **Conselheiro Daniel** relatou o andamento das atividades do Grupo de Trabalho, sendo que já foram realizadas duas reuniões. Registrou avanços na busca de entendimento para a melhoria da produtividade nos Terminais e Corredor de Exportação. Disse que o objetivo do grupo é priorizar o que efetivamente impacta na produtividade do Corredor de Exportação, e que a Gerência de Operações do Porto tem elaborado Indicadores de Produtividade, fazendo medição de terminal para terminal, na área de grãos. Destacando que não há um causador, mas um conjunto de ações, que passa pelo tempo de operações do Ship loader, na questão da APPA e seus funcionários, se referindo também à competência de cada um dos Terminais e o estado de atualização tecnológica dos equipamentos de cada um destes, sendo que somente com a instalação do grupo de trabalho, na semana seguinte alguns Terminais tiveram melhorias. Concluiu afirmando que a sensação do grupo de trabalho é que está havendo uma pró-atividade e entendimento sereno nessas questões e todos estão dispostos a atacar a causa em sua área de competência. 2. **ANÁLISE DE QUESTÕES RELACIONADAS À ATRAÇÃO DE CARGAS E GERAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA ATIVIDADE PORTUÁRIA (Item 8 - Lista de assuntos pendentes - 168ª R.O.)** – Secretaria do Conselho; Após o Conselheiro Bósio mostrar o interesse no assunto, o **Conselheiro Daniel** anunciou ao Conselho a designação do novo Diretor Empresarial do Porto, Luiz Alberto César, vice-presidente da Associação Comercial do Paraná e Presidente da Comissão de Comércio Exterior, que será o elo da Administração do Porto com a comunidade nas questões portuárias. A **Conselheira Maria** – disse que a maior dificuldade dessa Comissão em resolver qualquer tema ao longo desses anos talvez seja porque a Comissão é muito genérica e exista a necessidade de serem mais pontuais com relação ao tipo de carga a se atrair. **Conselheiro Cláudio** – Considera que as coisas estão acontecendo numa velocidade muito grande, e por

isso, precisam se antecipar, porque apesar de não estarem passivos, estão aguardando que aconteça, e acredita que essa Comissão, sendo revigorada, inicie um planejamento de médio e longo prazo, para captação das cargas, destacando, na oportunidade, a importância da participação ativa da APPA nesses assuntos. **Após a discussão do assunto por proposição do Conselheiro Bósio, o Conselho decidiu que será realizada uma Reunião preliminar para tratar de tais questões no dia 24 de julho, às 15 horas.** 3. **REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CAP** – Secretaria do Conselho. **Conselheiro Fayet** – Disse que devido à discussão sobre a re-estruturação da Política Portuária, seria prudente o Conselho postergar esse assunto por pelo menos 60 dias, mesmo porque deve sair um decreto a respeito da política portuária, que pode mudar alguns fatores. **Conselheiro Daniel** – Disse que no Seminário realizado pelo TCU/Secretaria Especial de Portos/ANTAQ, se discutiu sobre os papéis dos CAP's e das Autoridades Portuárias, sobretudo pelo fato de a regulação exercida pelo CAP não estar muito definida. Registrou a posição da APPA, que acredita ser importante as Comissões, mas sob outra forma como os Grupos de Trabalho, por terem caráter específico e pontual, devendo ter começo, meio e fim. A **Conselheira Maria** destacou que as Comissões são importantes por possuírem seus representantes legais e gerarem discussões além da solução do problema. Mas se é um assunto que exige solução rápida e mais integrantes, concorda que realmente o grupo de trabalho passa a ser mais produtivo, por se chegar a uma solução de consenso comum. **Presidente Rivaldo** – Embora acredite que as Comissões estejam sendo ineficazes, e já tenha tido essa discussão no CAP de Paranaguá, está mantida a Comissão. Não desconsidera o que foi dito, mas prefere o Grupo de Trabalho por ser pontual, e, pelo que percebeu em um ano, as Comissões estão constituídas e se apresentam paquidérmicas. Na oportunidade, o **Conselheiro Cláudio** manifestou sua preocupação com o baixo quórum nas Reuniões do CAP, e a dificuldade pra se trabalhar com grupos de trabalho com esse ânimo no Conselho. **Após manifestações do Conselheiro, por sugestão do Conselheiro Fayet e em virtude da discussão em âmbito nacional, sobre a função e competências dos CAP's e das Autoridades Portuárias, a discussão do assunto fica postergada por um período aproximado de 60 dias.** IV – **EXPEDIENTE:** O Secretário informou que os documentos recebidos e expedidos pela Secretaria encontram-se listados no documento distribuído no início da reunião. Informou também que o Relatório Gerencial da APPA foi distribuído previamente, e que, tão logo o Relatório de Atividades do Ogmo seja recebido, será repassado aos Conselheiros. 1 - **COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS:** a) Relatório Operacional da APPA b) Relatório de Atividades do OGMO c) Correspondências Expedidas e Recebidas V – **ASSUNTOS GERAIS: PORTO DE PONTAL** - O **Conselheiro Fayet** registrou sua preocupação quanto aos decretos expedidos pelo Governo do Estado do Paraná, declarando de utilidade pública áreas situadas em Pontal do Paraná, e que estes fossem analisados pela Comissão de Atração de Cargas. Registra que não pode comparecer na reunião passada, e que está descontente com as colocações feitas pelo Presidente, que se imagina tutor das opiniões e das responsabilidades alheias. Pois é um agente público Federal, pode dizer o que pensar, dentro das suas limitações legais. E como representante da CNA, tem falado absolutamente a verdade, e se tivesse falado mentiras, gostaria que isso tivesse sido levado à justiça. As referências que tem feito ao Porto não tem o objetivo de denegrir, mas o objetivo de que as Autoridades Federais assumam suas responsabilidades. Então, na verdade, o que acontece, e como consequência falta de quorum, de interesse, Comissões que não funcionaram mais e que sempre foram muito ativas denotam a falência que estão assistindo na gestão do sistema portuário nacional. Teve o cuidado de ler uma Resolução no site da ANTAQ dispondo sobre o Manual do Presidente do CAP, e acha que o Presidente deveria cumprir o manual, porque não cumpri-lo pode ser visto como um ato de improbidade administrativa. E acha que todos os desmandos que se passam no Porto, e são constatados, devem ser registrados nos relatórios que os Presidentes devem apresentar a ANTAQ. A **Conselheira Maria** a respeito do Porto de Pontal disse da importância de ter o solo público nos Portos, o que

é uma tendência mundial. **Presidente Rivaldo** – Disse que o assunto do Porto de Pontal está sendo tratado na (sua) Gerência de Terminais de Uso Privativo da ANTAQ, onde o processo está avançando, mesmo se tendo conhecimento das medidas em curso a cargo do governo do Paraná visando à desapropriação de áreas envolvidas no projeto, mas, de qualquer modo o terminal está outorgado. A respeito disso, a Resolução 517 da ANTAQ que dispõe sobre Terminais de Uso Privativo, será objeto de audiência pública para revisão nos próximos dias, assim como a Resolução 055, sobre Arrendamentos. Comentou que prefere não se posicionar quanto ao comentário do Conselheiro Fayet sobre o Presidente (titular do CAP) Paulo Vasconcellos, porquanto foi registrado em ata, apenas o que foi dito. **Conselheiro Bósio** – Disse que a discussão sobre o Porto de Pontal é um assunto a ser tratado pela Comissão de Atração de Cargas. **Conselheiro Daniel** – Registra que não houve um decreto de desapropriação, mas sim um decreto considerando que a área em questão é de utilidade pública, para fins de exploração de atividades portuárias. Existe ali um caldeirão fundiário e não acredita que algum conselheiro esteja contra o princípio constitucional de que o interesse público sobrepõe-se ao interesse privado. Precisam se pronunciar a favor do decreto, porque é base estratégica para o trabalho e para as demais atividades desenvolvidas na retro-área. Acrescentou que esperam realizar nesse governo a desapropriação. Afirmou, também que no TCU a questão fora relatada dessa forma; assim como o Conselheiro Fayet mencionou que o Governo Federal vai baixar regulamentação sobre o uso de terminais de uso privativo e misto. E esse novo marco legal vai permitir que se discipline essas questões, por isso a importância de despolitizar o tema, importante para o Porto e principalmente para os trabalhadores. Quando estiverem avançando legalmente quanto aos relacionamentos institucionais, vão ter o compromisso de trazer para o Conselho as intenções da Administração para que tenha o trânsito normativo que compete também ao CAP. Pois terão que contratar um projeto, fazer a revisão do PDZ e aproveitar para fazer o zoneamento da área e contemplar os estudos de engenharia para aquela área. **Conselheira Maria** – Disse que precisam fazer um PDZ como os portos do mundo, definindo os próximos trinta anos, porque precisavam fazer isso em Pontal. Precisam de um plano único de desenvolvimento para Pontal, Paranaguá e Antonina, para que os investimentos sejam assegurados. **DRAGAGEM – Conselheiro Daniel** - Disse que possuem recursos em caixa, o projeto, a licença ambiental, mas falta a draga. Muito se fala que a Administração do Porto deve contratar o serviço a qualquer preço, e para custear isso tipo de infra-estrutura, verifica-se que preços da dragagem foram triplicados e alguns setores defendem essa contratação. Assim, acrescentou, é lícito que esse mesmo segmento aceite o reajuste da tabela Inframar na mesma proporção. Disse que isso foi citado na Secretaria Especial de Portos pelo José Roberto Serra, no recente Seminário no TCU, em Brasília. Pede que seja registrada a preocupação da Administração do Porto com esse discurso de dragagem a qualquer preço, porque se for assim, precisam fazer o equilíbrio financeiro da Tarifa Inframar. Estão em busca de dragas no mundo todo e possuem possibilidades próximas. Não está cuidando diretamente disso, mas essa é uma preocupação de Estado e do Governador pessoalmente, com o Superintendente do Porto, dentro da razoabilidade econômica. **SINALIZAÇÃO NÁUTICA** – o **Cons. Daniel** anunciou a homologação da licitação para contratação de serviços de sinalização náutica e que está em vias da assinatura do Contrato; a Administração do Porto recebeu uma liminar judicial concedida à segunda colocada do processo licitatório, com solicitação de informações sobre o procedimento da APPA. Em razão disso a contratação e os respectivos serviços encontram-se suspensos até decisão judicial. **V SEMINÁRIO NACIONAL DE LOGÍSTICA** – O **Conselheiro Bósio** distribuiu Convite para o referido Seminário, sendo que este será repassado por e-mail para os demais Conselheiros. **RESOLUÇÃO 1047 ANTAQ** – **Conselheiro Fayet** – Fez referência à Resolução 1.047-ANTAQ que aplica determinações a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, e uma das cobranças é sobre o remetimento do projeto de dragagem. Pede assim, esclarecimento sobre o assunto. O **Presidente Rivaldo** – Disse que desconhecia o assunto, pois está fora de sua

atribuição. Parece-lhe que este processo diz respeito à parte ambiental, onde se diligencia a implantação do plano de controle de emergência, providências de validação perante a Receita e efetuação de arrendamentos. E no pertinente a dragagem recomenda a execução de projetos.

Conselheiro Daniel – Esta Resolução é resultado da última auditoria feita pela ANTAQ no Porto de Paranaguá, onde determina o plano de controle ambiental, sendo que estão fazendo processo licitatório que se frustrou porque os envolvidos se digladiaram e a Administração resolveu cancelar aquele processo e lançar um novo para a contratação do Clube de Serviços, com recursos advindos da Transpetro, que serão usados na compra de equipamentos. Quanto à regularização na Receita Federal, trata-se da questão da Certidão Negativa que a APPA não pode retirar devido a uma multa ocasionada pela empresa PFT, que está no CNPJ da Administração. Ao saber que a APPA estaria cancelando a operação da empresa, a PFT já está entrando num acordo pra pagamento, que viabilizará a emissão do documento pela APPA. Sobre a adequação dos arrendamentos, será procedida brevemente e após o redimensionamento da Comissão que trata do assunto na APPA, inclusive com o uso de nova tecnologia a partir de entendimentos e visitas feitas à Universidade Federal do Paraná, com representantes do Lactec onde viram o desenvolvimento dos métodos aplicados. E tudo isso será somado para gestão dos arrendamentos e não apenas a parte formal, implementando-se de acordo com a Resolução 055-ANTAQ. O último ponto sobre a dragagem é a elaboração do projeto executivo que atenda as exigências da Capitania dos Portos e do órgão ambiental. Na época da visita dos auditores não havia esses procedimentos, que foram posteriormente satisfeitos. Até houve questionamentos de um Deputado que queria embargar o processo de dragagem e não prosperou porque o juiz não acatou a ação. Judicialmente o fato foi superado e nesse evento que o Conselheiro Fayet citou, o Presidente do IBAMA declarou que está em contato com todas as agências do órgão no país e com outras entidades que tratam da questão ambiental no Estado para firmar acordos de cooperação técnica, e convênios com Universidades Federais e delegações aos órgãos ambientais, o que já acontece no Paraná. Tudo o que o IAP faz no Paraná é de acordo com o IBAMA, havendo assim mais agilidade nos licenciamentos.

Conselheiro Fayet – Disse que é um pouco mais malicioso e que acredita que haja alguma implicação mais forte. Essa questão de licenciamento é foco inclusive de Inquérito Policial Militar. Por isso pede um esclarecimento melhor sobre o tema. O que ficou em dúvida é sobre a nomenclatura de Projeto Executivo, Projeto Básico, e precisam esclarecer com os órgãos do Governo Federal sobre o que seria esta exigência.

Conselheiro Michael – Sobre o comentário do José Roberto Serra, da SEP, disse que estão cansados de ouvir generalizações, e, proporcionalmente fazer um reajuste tarifário na medida em que o preço da dragagem cresceu. Em primeiro lugar, é este Colegiado que faz aprovações de tarifas, principalmente de tarifa dessa natureza que é a Inframar. Em segundo lugar, a arrecadação dessa tarifa, nos anos passados foram todos para outros fins, ao ponto em que vários portos, o que não é o caso em Paranaguá, ainda assim precisavam dos recursos federais. A não ser que seja mal interpretado, não acredita que a ANTAQ ou a Secretaria de Portos tenha a infelicidade de fazer uma recomendação dessas. Tiveram aumento autorizado pela ANTAQ, quando os balanços apresentados mostraram que o resultado operacional não justificava esse tipo de reajuste.

Conselheiro Daniel – Registra que no Seminário em Brasília foi repetido por várias entidades da alta sustentabilidade econômica financeira das administrações portuárias, da eficiência e modernização da gestão. Hoje não se fala mais em passar o pires em Brasília para investimentos. Quando se fala de auto-sustentabilidade se fala de tarifas que comportem. Como lançaram em janeiro um edital para contratar dragagem por cinco anos, ao custo de R\$ 108 milhões, que foi frustrada e o segmento diz que tem que ser três vezes mais, então estão falando de R\$ 300 milhões, comprometendo o que está em caixa, paralisando os outros investimentos em andamento. Ficaram por seis anos com as tarifas congeladas, e precisam ter flexibilidade, é a mesma discussão de preços que tem uma empresa privada. Não está dizendo que necessariamente vai haver aumento, porque estão batalhando para conseguir nos preços

que propuseram em janeiro. Se houver uma situação tal, que os leve a uma submissão completa, terão que rever a questão da sustentabilidade financeira da APPA. **Conselheiro Michael** – Disse que a sua entidade apenas pede que seja feita uma reavaliação dizendo do resultado financeiro de cada tarifa, atividade e arrecadação. Porque viram em apresentação que o balanço da APPA está em superávit e não foi feita essa análise. Tem certeza que a ANTAQ deva ter conduzido um estudo de acordo com a evolução de índices de inflação ou coisas do tipo, mas mais tarde tiveram uma posição de resultado operacional. **Presidente Rivaldo** – Disse que o trabalho da ANTAQ é criterioso, e os procedimentos de análise da ANTAQ estão disponíveis na Internet. Sem mais assuntos a tratar o Presidente encerra a reunião, tendo eu Vitor Roberto Muller Bernardi _____ lavrado a presente ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros.

Conselheiros:

Rivaldo Pinheiro Dantas _____
Daniel Lucio Oliveira de Souza _____
Ivany Marés da Costa _____
Leonardo Luiz Vicente _____
Carlos Alberto Silveira Calvo _____
Michael Martins da Silva _____
Osmar Petersen _____
Wilson Moraes da Silva _____
Ademir Scomasson _____
Maria do Socorro de Oliveira _____
Carlos Alberto M. da Costa _____
Zulfiro Antonio Bósio _____
Ismael Alves Pires Neto _____
Luiz Antonio Fayet _____
Airton Galinari _____
Cláudio Fernando Daudt _____
José Roberto Almeida Corrêa _____

Convidados:

CPPR – Avelino de Freitas _____
Alfândega Fernando Muller _____